

EDUCAÇÃO E VIOLÊNCIA: TESTEMUNHO SOBRE O DESAMPARO E O SOFRIMENTO PSÍQUICO NA REALIDADE DOCENTE BRASILEIRA

EDUCATION AND VIOLENCE: A TESTIMONY ON HELPLESSNESS AND
PSYCHOLOGICAL SUFFERING IN THE BRAZILIAN TEACHING REALITY

EDUCACIÓN Y VIOLENCIA: TESTIMONIO SOBRE EL DESAMPARO Y EL
SUFRIMIENTO PSÍQUICO EN LA REALIDAD DOCENTE BRASILEÑA

Márcio Pereira Cabral¹

Resumo: Este artigo visa a uma reflexão crítica acerca dos ataques dirigidos contra escolas, o que acabou por evidenciar um quadro de violência generalizada com impacto no trabalho e qualidade de vida da imensa maioria dos cerca de 2,2 milhões de docentes que atuam na educação básica brasileira. Como ponto de partida, apoia-se em uma reflexão pessoal, de quem está diretamente inserido e mobilizado pelo tema. Dito isso, o cenário do trabalho docente brasileiro é de abandono e desamparo, o que se evidencia na postura negligente dos governantes e do excesso de cobranças dirigidas a professores e professoras tanto pelas famílias como pela sociedade. Como resultado, vemos um magistério desmotivado, num ambiente hostil, desvalorizado em múltiplos aspectos, vulnerável e adoecido física e mentalmente, o que demonstra que a violência contra docentes vai muito além daquela vivida entre os muros da escola.

Palavras-chave: Violência. Educação. Magistério. Desamparo.

Abstract: This article aims to critically reflect on the attacks against schools, which testify to a broader issue of violence, and that greatly impact both the work and private life of the nearly 2.2 million teachers in Brazil who work in basic education. It begins as a personal account of someone who, as a teacher, is directly involved and mobilized by the issue. That said, the work of teachers in Brazil is one of helplessness and abandonment evidenced by the negligent stance of government officials and the excessive demands made by society and even the teachers' families. As a result, we see uninspired professionals in a hostile environment, undervalued in many ways, vulnerable, both physically and mentally ill, showing that violence against teachers goes beyond the one experienced between school walls.

Keywords: Violence. Education. Teaching. Helplessness.

¹ Pedagogo e geógrafo; especialista em infâncias e alfabetização e letramento; mestre em Geografia: Análise Territorial pela UFRGS; professor na Rede Municipal de Porto Alegre; psicanalista em formação; membro associado da Sigmund Freud Associação Psicanalítica. E-mail: mrciocabral@gmail.com

Resumen: Este artículo pretende una reflexión crítica sobre los ataques dirigidos contra escuelas, lo que acabó por evidenciar un cuadro de violencia generalizada con impacto en el trabajo y calidad de vida de la inmensa mayoría de los cerca de 2,2 millones de docentes que actúan en la educación básica brasileña. Como punto de partida, se apoya en una reflexión personal, de quien está directamente insertado y movilizado por el tema. Dicho esto, el escenario del trabajo docente brasileño es de abandono y desamparo, lo que se evidencia en la postura negligente de los gobernantes y del exceso de cobros dirigidos a profesores y profesoras tanto por las familias como por la sociedad. Como resultado, vemos un magisterio desmotivado, en un ambiente hostil, desvalorizado en múltiples aspectos, vulnerable y enfermo física y mentalmente, lo que demuestra que la violencia contra docentes va mucho más allá de la vivida entre los muros de la escuela.

Palabras clave: Violencia. Educación. Magisterio. Desamparo.

INTRODUÇÃO

O ponto de partida para essa reflexão são as inquietações provocadas pela minha própria vivência frente às diversas formas de violência experimentadas no ambiente escolar. A escola também é o meu lugar de fala – sou professor de anos iniciais na rede pública de Porto Alegre e me sinto convocado a expressar aqui as minhas reflexões sobre o tema. Também cabe evidenciar que este artigo faz uma flexão de gênero quando trata do magistério, justamente por ser esta uma profissão majoritariamente feminina, o que inclusive ajudará a entender parte do problema aqui tratado.

Dito isso, este artigo inicia-se questionando como a violência reflete no trabalho das cerca de 2,2 milhões de pessoas que exercem a profissão docente na educação básica brasileira (INEP, 2023) e quais consequências ela traz para o futuro da educação. É importante já alertar de antemão que não tenho a finalidade de apontar saídas para essa questão. Tampouco me proponho a ser conclusivo, pelo contrário, o tema é profundo e existem múltiplos aspectos para sua análise.

Acredito que há uma motivação política para que a violência ocorra e que as suas consequências são o adoecimento e o desamparo de milhares de professoras, o que torna o ambiente escolar brasileiro hostil e distante daquilo que deveria ser o seu papel “como um ato político, que liberta os indivíduos por meio da consciência crítica, transformadora e diferencial, que emerge da educação como uma prática de liberdade” (FREIRE, 2013).

Assim, devemos partir dos três casos mais emblemáticos de ataques contra as escolas brasileiras que tiveram grande repercussão no ano de 2023:

CAMBÉ (PR) – JUN. 2023

No dia 9 de junho, um jovem de vinte e um anos invadiu a Escola Estadual Professora Helena Kolody, em Cambé, no norte do Paraná, e disparou com uma arma calibre 38 de forma aleatória. Dois estudantes de dezesseis e dezesseis anos de idade morreram no local. O jovem frequentava a paróquia Santo Antônio de Cambé, onde era coroinha. Uma das vítimas era sua namorada. Em sua defesa, ele alegou ter sofrido *bullying* quando estudava naquela escola.

BLUMENAU (SC) – ABR. 2023

No dia 5 de abril, um homem de vinte e cinco anos matou quatro crianças com idade entre cinco e sete anos na Creche Cantinho Bom Pastor com uma machadinha e um canivete. Outras quatro crianças foram feridas no ataque. As vítimas foram escolhidas aleatoriamente após o assassino pular o muro da escola. Após fugir do local, ele se entregou para a polícia.

SÃO PAULO (SP) – MAR. 2023

Em março foi a vez da Escola Estadual Thomazia Montoro, na zona oeste de São Paulo, onde um adolescente de treze anos de idade atacou com facadas uma professora, que morreu no local, e outras cinco vítimas ficaram feridas. O adolescente era aluno do 8º ano do ensino fundamental na própria escola onde cometeu o crime e, segundo sua advogada de defesa, ele é apenas uma criança, não tinha noção dos efeitos de seus atos e estava assustado.

Cabe destacar que esses três casos não são episódios isolados, dado que o Brasil tem um histórico de violência escolar e diversas pesquisas nos colocam no topo do ranking dos países mais violentos no assunto. Não à toa, nesses três relatos, os agressores são jovens do sexo masculino e os alvos da violência são a maioria mulheres ou crianças. Esse dado aproxima-se daquilo que já havia sido denunciado pelo levantamento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE (2018), que coloca o Brasil na liderança do ranking de violência contra as professoras. Segundo o resultado dessa pesquisa, dentre os tipos de violência mais comuns contra as docentes brasileiras estão: agressão verbal (48%), assédio moral (20%), *bullying* (16%), discriminação (15%), furto/roubo (8%), agressão física (5%), e roubo ou assalto à mão armada (2%). Essa situação tem tornado as escolas um ambiente mais hostil com “potenciais consequências para o bem-estar, níveis de estresse e permanência na profissão” segundo o mesmo estudo. Sob essa análise, a violência parece estar normalizada nas escolas brasileiras.

Dito isso, lanço aqui uma pergunta: por que as escolas se tornaram um ambiente preferencial de ataques violentos em suas múltiplas formas e por que as professoras são um alvo fácil para isso? Essa resposta não é simples, mas faço aqui uma escolha ao destacar aquilo que acredito ser uma parte importante do problema e que deve ser enfrentado com a máxima urgência: 1) na maioria dos casos, a violência contra a escola é um ato de violência de gênero porque as principais vítimas são mulheres e crianças; e 2) o problema está para além da violência autodirigida ou interpessoal.² Ela está em uma terceira dimensão que é a da violência coletiva, da ordem política, social e econômica e tem uma força brutal, autodestrutiva e destruidora que atua sobre essas outras duas ordens e é autorizada por um Estado violento.

O CASO BRASILEIRO

O Brasil liderar o ranking organizado pela OCDE de violência nas escolas não seria tão grave se desde a sua divulgação, em meados de 2018, os governos tivessem tomado as medidas necessárias para enfrentar essa situação de forma

² Violência autodirigida, de autodestruição, aquela que a pessoa inflige a si mesma; violências interpessoais são manifestadas comumente através do *bullying*, do racismo, machismo, lgbt-fobias e tantas outras formas de preconceito verbal, não verbal ou simbólico.

pública. Ao contrário, a pesquisa teve baixo impacto nos meios formadores de opinião e o problema precisou se agravar para que viesse à tona. Para além da violência, é preciso ser dito que o problema da educação no Brasil também é ocasionado pela baixa remuneração e pouquíssimo reconhecimento profissional, além de condições de risco e insalubridade permanentes. É sempre bom lembrarmos que parte das escolas públicas nos grandes centros urbanos está localizada em regiões periféricas de alta vulnerabilidade social. Com territórios permanentemente atravessados por desigualdades, é comum as escolas conviverem com violência e tráfico de drogas e, em alguns casos, com confrontos armados que ameaçam também estudantes e familiares diariamente. Dentre o magistério é muito comum o adoecimento generalizado — depressão, estresse e adoecimento psíquicos de diversas ordens que têm levado ao afastamento prolongado milhares de profissionais, e aquelas que continuam em sala de aula acabam convivendo diariamente com a sobrecarga de trabalho e os riscos da rotina escolar.

Sobre o fato de que a violência contra a escola se aproxima da violência de gênero, precisamos nos apoiar na história da educação brasileira. Segundo Guacira Lopes Louro (2004), ao longo do tempo, o magistério deixou de ser um ofício exclusivo dos homens para ser transformado em “trabalho de mulher”. Por muito tempo as mulheres não podiam frequentar o ambiente escolar e as poucas escolas femininas eram voltadas para ensinar apenas o *bê-a-bá* e os fazeres domésticos com vista ao casamento e à maternidade. Com o crescimento populacional e o avanço das cidades nas primeiras décadas do século XX, a demanda por escola aumentou e, aos poucos, o trabalho docente exclusivamente masculino passou a ser substituído pelo trabalho feminino, muito influenciado pela ideia de que as mulheres tinham naturalmente uma inclinação para cuidar das crianças e pela desvalorização profissional da docência. Segundo Louro,

se o destino primordial da mulher era a maternidade, bastaria pensar que o magistério representava, de certa forma, “a extensão da maternidade”, cada aluno ou aluna eram vistos como um filho ou uma filha “espírita”. O argumento parecia perfeito: a docência não subverteria a função feminina fundamental, ao contrário, poderia ampliá-la ou sublimá-la. Para tanto seria importante que o magistério fosse também representado como uma atividade de amor, de entrega e doação (LOURO, 2004, p. 376).

É nesse sentido que o magistério será visto como o lugar do feminino e a partir da perspectiva de que o machismo é um problema estrutural na sociedade brasileira (DEL PRIORE, 2020), o lugar da mulher é sempre fragilizado, erotizado e visto como algo facilmente violado. Outra questão importante e não menos complexa envolve as diferentes naturezas da violência contra as escolas e como estas estão despreparadas para lidar com o problema, o que as deixa mais reféns de iniciativas próprias que nem sempre recebem o devido apoio e, assim, acabam perdendo continuidade. De um modo geral, os estudantes que assumem práticas violentas contra professores e colegas são majoritariamente meninos entre 12 e 14 anos que também apresentam múltiplas situações de risco e ausência de proteção social. São os mesmos alunos que frequentemente têm baixo desempenho escolar, maior índice de repetência e de infrequência sem justificativa e, conseqüentemente, são também aqueles que recebem o maior número de medidas punitivas. Sendo assim, são esses alunos que apresentam sérias dificuldades para lidar com conflitos e frustrações, e talvez sejam aqueles que mais necessitam de uma escola humanizada e humanizadora (VINHA; NUNES, 2020).

Mas poderia a própria escola dar conta da demanda de humanização das suas práticas? É nesse sentido que precisamos voltar a nossa atenção para a dimensão coletiva da violência e do patriarcado como um problema estrutural. Segundo José Murilo de Carvalho (2007), o Estado brasileiro, além de branco e aristocrático, sempre foi patriarcal. Nos primórdios da colonização aqui vieram apenas homens de Portugal. Tanto que se chegou a “importar” mulheres órfãs de Portugal para casar com portugueses que aqui residiam. O estupro das indígenas e, depois, das escravizadas africanas, era uma constante no período colonial e até as primeiras décadas da República a função jurídica da mulher era ser subserviente ao marido. O homem bem-sucedido no Brasil era dono da fazenda, de escravos, e era também dono da mulher. Os arquivos paroquiais dos séculos XVIII e XIX trazem relatos de mulheres que apanhavam com varas cravejadas de espinhos, que eram obrigadas a dormir ao relento, que ficavam proibidas de comer por vários dias e até que eram amarradas ao pé da cama enquanto o marido, naquela mesma cama, deitava-se com a amante. As esposas eram tão brutalizadas que os bispos, em certos casos, atendiam-lhes as súplicas e concediam a separação de corpos. É essa marca histórica da desigualdade de gênero que tem sido promovida e segue sendo reproduzida em todos os âmbitos e, por óbvio, o Estado brasileiro é reprodutor da desigualdade entre homens e mulheres.

Mas o que aconteceu recentemente no caso brasileiro foi a ascensão ao poder de um líder político que autorizava a violência contra as mulheres e também direcionava parte dessa violência às professoras. Por diversas vezes Jair Bolsonaro ocupou o espaço privilegiado de presidente da República para disseminar a ideia de que as professoras eram doutrinadoras e que se utilizavam da sua autoridade na educação de crianças para difundir ideais antifamília e contra os costumes ditos conservadores.

Foi com apoio nesse discurso que se propagaram no país diversas campanhas dirigidas contra a escola, como a intitulada “escola sem partido” que pregava o combate à dita “ideologia de gênero”, que seria a doutrina utilizada por docentes na rotina escolar, além de pôr em pauta o chamado *homeschooling* que pretende dar às famílias o direito de educar seus filhos e filhas livres da “doutrinação escolar”. Assim, a partir de 2018, vimos uma enxurrada de iniciativas para impor no âmbito local e regional diversas medidas que tinham as professoras como alvo, o que contribuiu para o aumento da violência no interior das escolas. Diversos relatos se multiplicaram por todo o país, o que encorajou não somente protestos, mas, em milhares de casos, que a violência contra docentes chegasse às vias de fato. Para se ter uma ideia, somente nos primeiros seis meses do ano de 2023, a Comissão Interna de Prevenção e Acidentes e Violência Escolar – CIPAVE/RS registrou cerca de 938 denúncias de violência contra docentes somente no estado do Rio Grande do Sul (CIPAVE, 2023).

As consequências da violência contra professoras também foram agravadas com a pressão exercida para a volta às aulas no auge da pandemia da COVID-19. Pressionadas e inseguras sobre as condições sanitárias para a retomada, as escolas foram reabertas sem nenhuma problematização sobre as reais consequências do isolamento sanitário e a interrupção prolongada das aulas presenciais. Em 2022 a Nova Escola, associação mantida pela Fundação Lemann, publicou a pesquisa Saúde Mental dos Educadores 2022 (INSTITUTO NOVA ESCOLA, 2022), que procurou analisar os efeitos da pandemia na saúde mental das professoras. Os números são alarmantes: houve um crescimento de 13,7% para 21,5% no número de docentes que consideram a sua saúde mental

“ruim” ou “muito ruim” em relação ao ano anterior. Dentre as consequências negativas da pandemia, as professoras analisaram que 60,1% sentem-se mais ansiosas, 48,1% reclamam de cansaço excessivo e 41,1% dizem sofrer de insônia. Também reclamam de dificuldades de socialização e isolamento, sensação de tristeza, e dizem que aumentaram o consumo de álcool e de psicoativos. Dizem também ter dificuldades para desenvolver atividades físicas ou ao ar livre e de manterem-se conectadas com amigos e familiares que oferecem apoio emocional por conta da alta carga de trabalho e de jornadas prolongadas e pelo multiemprego provocado pelos baixos salários. Apenas 7,1% dizem contar com apoio médico ou psicológico e cerca de 70% não têm nenhum tipo de suporte. Quando essa situação é cruzada com o problema da violência escolar, as consequências são nefastas para a docência. Além da pressão interna sobre a retomada e a recomposição das perdas provocadas pelo fechamento forçado, as escolas viveram o apogeu da onda conservadora dos últimos anos. O problema da indisciplina reacendeu com o tensionamento sobre a qualidade do ensino, sobre as dificuldades enfrentadas em todos os níveis em consequência da interrupção prolongada do ensino e pela pressão externa que exige das escolas resultados imediatos frente aos problemas das perdas e do déficit educacional.

A SOLIDÃO DOCENTE E O PROBLEMA DO DESAMPARO

O medo e a insegurança quanto ao futuro fazem com que professoras convivam num ambiente hostil e de permanente tensão. Como bem disse Hannah Arendt (2004), “a ideia de que se pode mudar o mundo educando as crianças no espírito do futuro tem sido uma das marcas registradas das utopias políticas desde a Antiguidade” (p. 265). O problema é que quando as famílias e as autoridades públicas negligenciam o investimento público e a sua participação nos resultados da educação, o erro e a revolta se voltarão exclusivamente contra a escola. E é esse processo de cobrança que tem levado milhares de trabalhadoras em educação à sensação de fracasso e ao sentimento de desamparo, porque se sentem solitárias e abandonadas por aqueles que deveriam apoiá-las e protegê-las.

A ideia de desamparo que aqui expresso associa-se ao conceito oriundo da psicanálise que corresponde a uma condição fundamental que indica a impotência do sujeito em duas dimensões – a primeira diz respeito à condição de desamparo estruturante e fundante do psiquismo e que faz parte da construção da subjetividade do indivíduo para a vida social. A segunda dimensão diz respeito à impossibilidade de satisfação pulsional perante o outro, o que faz da experiência de perda e da angústia um sofrimento permanente. Essa ideia está próxima daquela expressa por Freud (1996) em seu texto *Projeto para uma psicologia científica de 1895*, onde ele nos diz que o desamparo é a “fonte de todos os motivos morais” (p. 379). Nesse sentido, toda a angústia derivada do medo e do sofrimento de solidão deve ser vista como uma tentativa de prevenção de sua repetição. Ou seja, as professoras, ao perceberem a solidão frente aos desafios impostos à educação pública brasileira, fecham-se em si como um caramujo o faz diante do risco iminente provocado pelos determinantes culturais que resultam em experiências de sofrimento específicas.

Imaginem que as professoras já observam no seu dia a dia a escola abandonada por governos e suas comunidades; sentem-se solitárias e inseguras frente à demanda de toda a sociedade; e, por fim, observam a multiplicação de casos de violência em múltiplas escalas que elegem o seu trabalho como alvo

preferencial. O resultado é o pânico e o medo do aniquilamento que acaba por paralisar e dificultar qualquer possibilidade de reação sem ajuda de alguém.

Nesse sentido, cabe dialogarmos com a reflexão crítica proposta por Freud (2010) em *O mal-estar na civilização* de 1930, quando ele evidenciou que a subjetividade humana na modernidade era baseada na perda da confiança na figura do pai fundador. Há na contemporaneidade uma fé e confiança no Estado burguês, nos valores patriarcais, e quando esse pai falha, o sentimento de abandono toma o indivíduo porque esse mesmo Estado prometeu segurança e proteção. A angústia amplia-se na medida em que se toma consciência de que o abandono é proposital e que a violência é autorizada pelo governante. Assim, a violência de Estado pode ser apontada como a principal causa do sofrimento e do desamparo vividos por docentes na atualidade.

As consequências disso tudo para a educação são nefastas porque em primeira ordem são essas mesmas docentes as responsáveis pela educação das novas gerações, e num futuro próximo talvez ninguém mais queira encarar o desafio do magistério. Essa já é uma realidade observada em diversos cursos de licenciaturas — o desinteresse na carreira docente. Enquanto não se faz nada, cabe-nos alertar para que se revisem todas as metas e investimentos na educação porque a escola como a conhecemos hoje está doente e no seu interior prevalece sofrimento e desamparo, o que compromete muito o antigo desejo de garantir às crianças e jovens de hoje um futuro diferente do recebido pelas gerações anteriores.

REFERÊNCIAS

- ARENDETT, Hannah. *Responsabilidade e julgamento*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- CARVALHO, José Murilo de (Org.). *Nação e cidadania no império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- CIPAVE – Comissão Interna de Prevenção e Acidentes e Violência Escolar. CIPAVE/RS. *Nova Plataforma CIPAVE+*. 2023. Disponível em: <<https://l1nk.dev/Mz5wb>>. Acesso em: 30 jul. 2023.
- DEL PRIORE, Mary. *Sobreviventes e guerreiras: uma breve história da mulher no Brasil de 1500 a 2000*. São Paulo: Planeta, 2020.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz & Terra, 2013.
- FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização. In: FREUD, Sigmund. *Obras completas (Vol. 18): 1930/1936*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 13-123.
- FREUD, Sigmund. Projeto para uma psicologia científica. In: FREUD, Sigmund. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud (Vol. 1): 1886/1889*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 341-466.
- INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Dados revelam perfil dos professores brasileiros*. 2023. Disponível em: <<https://l1nk.dev/bixel>>. Acesso em: 20 ago. 2023.
- INSTITUTO NOVA ESCOLA. *Pesquisa revela que saúde mental dos professores piorou em 2022*. 2022. Disponível em: <<https://urx1.com/w3wxj>>. Acesso em: 30 jul. 2023.
- LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORI, Mari (Org.); BASSANEZI, Carla (Coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. *Education at a Glance 2018: Um olhar sobre a educação*. 2018. Disponível em: <<https://l1nq.com/2wpvK>>. Acesso em: 28 jul. 2023.

VINHA, Telma Pileggi; NUNES, Cesar Augusto Amaral. As agressões do aluno ao professor: cenários e possibilidades de intervenção na escola. *Revista da Unisinos*, São Leopoldo, 2020. Disponível em: <<https://ury1.com/gKNhX>>. Acesso em: 28 jul. 2023.

EM PAUTA